

Revista —

Colaboração

Educação & Regime de Colaboração

— Ano 6 | n° 11 | maio 2023



Revista

Colaboração

ISSN 2763-7956 (ed. on-line)

Av. Cândido Hartmann, 1400 - Mercês - Curitiba - PR, 80.710-570

EXPEDIENTE

Supervisão

Amanda Larissa da Cruz Rocha
 Cristiane da Fonseca
 Eliziane Gorniak
 Maria Paula Mansur Mäder
 Nayra Gazafi de Moraes
 Renato Travençoli da Luz

Redação

Maria Paula Mansur Mäder
 Nayra Gazafi de Moraes

Projeto Gráfico

Studio Bild

Tiragem

500 exemplares
 (distribuição gratuita)



O Instituto Positivo, instituição sem fins lucrativos, mantida pelo Grupo Positivo, tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade da Educação pública, por meio do incentivo ao Regime de Colaboração.

DIREÇÃO EXECUTIVA

Eliziane Gorniak

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Carlos Eduardo Sanches
 Celso Hartmann
 Claudio Moura e Castro
 Fabio Oliveira
 Gilberto Alves da Silva Junior
 Lucas Guimarães (presidente)
 Luiz Cezar Teixeira
 Mozart Neves Ramos

CONSELHO FISCAL

Fabio Trierweiler Faigle
 Sandra Franco



A Posigraf apoia ações em prol da educação pública, por isso patrocina a impressão dessa revista.





04 EDITORIAL

12 EXPERIÊNCIAS EM COLABORAÇÃO Eis que nasce o primeiro ADE das Minas Gerais, sô!

O ADE Terras Altas da Mantiqueira nasce da mobilização de um líder e do apoio de outras iniciativas de colaboração.

17 ENTREVISTA

Mahin Consultoria Antirracista fala sobre Educação das Relações Étnico-Raciais.

Você confere aqui bate-papos com pessoas que se posicionam a favor do Regime de Colaboração.

32 COMPARTILHANDO

Encontre aqui dicas e materiais úteis sobre a colaboração na Educação.

Separamos itens que valem a leitura.
Não deixe de conferir!

06 ESTÁ EM PAUTA NA EDUCAÇÃO

Desenvolvimento Educacional e Desenvolvimento Produtivo: missão para o Novo Plano Nacional de Educação

Aqui você encontra discussões que permeiam a educação pública do nosso país.

24 ESPAÇO DA REDE

Contribuições da colaboração intermunicipal para o monitoramento dos Planos Municipais de Educação

Confira reflexões sobre temáticas relevantes para as iniciativas que compõem a Rede de Colaboração.

29 ESPAÇO ABERTO

Quanto avançamos e já aprendemos com a cooperação intermunicipal? Novo livro do IP apresenta o “estado da arte” dos ADES

Nesta área abordamos temáticas que permeiam o ponto de vista prático e teórico do Regime de Colaboração e suas iniciativas.

EDITORIAL

As discussões que permeiam a área da Educação apresentam um fervilhar de temas que se mostram urgentes, especialmente neste período pós-pandêmico, em que estamos sentindo os efeitos do distanciamento social e do ensino remoto na aprendizagem dos estudantes. Nessa perspectiva, ainda de recuperação, o foco tem se mantido em ações e políticas que reparem os prejuízos desse tempo que já parece tão distante. O ano de 2023 chegou com muita expectativa na apreciação de pautas estruturantes que contribuam para o avanço nesse cenário, como o Sistema Nacional de Educação (SNE), que já está em discussão, e o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que deve começar a ser debatido.

Mesmo com essa emergência das pautas em âmbito federal, ganham evidência os municípios, que, além de concentrarem 62% das mais de 35 milhões de matrículas da Educação Básica*, trabalham com a menor receita – cerca de 19% do montante de impostos arrecadados**. Nessa conjuntura, a articulação entre os municípios, estados e União se torna fundamental para o alcance dos novos objetivos que serão estabelecidos, uma vez que a autonomia desses entes para elaborar seus próprios planos não deve entrar em conflito, sob pena do comprometimento do alcance das metas nacionais.

O Regime de Colaboração também se mostra muito valioso na esfera intermunicipal. É por isso que a seção *Está em Pauta na Educação* desta edição apresenta os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) como

grandes aliados no atingimento das metas do PNE, entre outras razões pela elaboração de projetos político-pedagógicos intermunicipais. Gustavo Henrique Moraes, autor do artigo, ainda faz uma provocação a essas iniciativas, convidando-as a explorarem oportunidades para além da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, suas ofertas prioritárias, e a pensarem a Educação Profissional Tecnológica. Para ele, as possibilidades de um Arranjo permitem a distribuição de especialidades e a formação de polos regionais que vão contribuir tanto para a evolução profissional dos estudantes como para o desenvolvimento econômico local.

Ao serem colocados como uma política importante para o desenvolvimento educacional e estarem cada vez mais presentes nos debates da área, é natural que os Arranjos de Desenvolvimento da Educação tornem-se cada vez mais uma opção de trabalho nas regiões. Foi assim que aconteceu em Terras Altas da Mantiqueira, região do Sul de Minas Gerais. No início de 2022, um secretário de Educação da região foi apresentado ao modelo e se encantou com a ideia, mobilizando as redes no entorno. Nasceu então o Adetam, iniciativa de 14 municípios que buscam, juntos, oferecer uma educação de qualidade com equidade. Adriano de Souza Sá e Emília Mattos Merlini nos contam como foi esse início e quais são os desafios futuros na seção *Experiências em Colaboração*.

Em consonância com a preocupação coletiva com relação às metas do PNE, o *Espaço da Rede* apresenta três iniciativas de colaboração intermunicipal – Consórcio Intermunicipal



do Vale do Paranapanema (Civap), Arranjo de Desenvolvimento da Educação da Região dos Açaizais (Adera) e ADE Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (CoGemfri) –, que estão em suas regiões se dedicando a executar, monitorar e avaliar seus Planos Municipais de Educação. Para a Rede de Colaboração, a cooperação é o caminho para que os municípios consigam cumprir suas incumbências apesar dos desafios administrativos, políticos e financeiros enfrentados por muitos deles.

E, por falar em tema que está em pauta nas discussões da Educação, a *Entrevista* desta edição traz Lara Vilela e Ellen da Silva, representantes da Mahin Consultoria Antirracista, para um bate-papo sobre Educação para as Relações Étnico-raciais (Erer). Elas trazem uma reflexão sobre como o racismo estrutural está presente nas relações educacionais, inclusive dentro das salas de aula, e como a efetiva implementação da Erer é um desafio que vai demandar esforços das secretarias – mas também como iniciativas de colaboração intermunicipal têm condição de avançar. Mais uma vez, os Arranjos se colocam como uma alternativa, reforçando a flexibilidade do modelo.

Para contribuir para a legitimidade desse mecanismo de trabalho, incentivando pesquisas e diálogos acadêmicos, bem como a defesa de políticas públicas que se aprofundem sobre os ADEs, o Instituto Positivo lançou o livro *Arranjos de Desenvolvimento da Educação: o que podemos aprender com as suas trajetórias?*. Fechando esta edição, na seção *Espaço Aberto*, a organizadora da obra, Maria Paula Mansur Mäder, apresenta a publicação por capítulos, oferecendo uma pequena prévia sobre o que o leitor vai encontrar nessa robusta pesquisa.

Com as discussões apresentadas aqui, esperamos contribuir para fortalecer as iniciativas que trabalham em cooperação pelo ensino público, disseminar o mecanismo dos Arranjos para que mais regiões se apropriem desse modelo de trabalho e promover reflexões provocadoras para que, juntos, possamos avançar.

Boa leitura!

*Dados do Censo Escolar 2022.

**De acordo com relatório do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal.

ESTÁ EM PAUTA NA EDUCAÇÃO

Por



Gustavo Henrique Moraes

Pesquisador de carreira do INEP, onde exerceu a função de Diretor de Estudos Educacionais, sendo responsável pelos estudos de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).

Doutor em Educação (UnB), Mestre em Educação Científica e Tecnológica (UFSC) e Engenheiro em Eletrônica/Telecomunicações (UTFPR). No MEC já exerceu as funções de Coordenador Geral de Orientação e Controle da Educação Superior (SESu), Coordenador Geral de Estudos Regulatórios (SERES), Assessor Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (SETEC) e Diretor de Estatísticas e Informações Acadêmicas (IFSC).

Desenvolvimento Educacional e Desenvolvimento Produtivo: *missão para o Novo Plano Nacional de Educação*

O ano de 2023 nasceu cercado de expectativas no horizonte educacional. O primeiro destaque ficou por conta da controversa implementação do Novo Ensino Médio, que tem gerado debates acalorados na mídia e na comunidade educacional. Mas esse é só o início da agenda de um ano agitado, na qual teremos: a aprovação dos indicadores que irão definir a distribuição dos recursos do FUNDEB; a apreciação do Projeto de Lei que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE), já aprovado no Senado Federal; a efetivação das políticas de recomposição das aprendizagens, depois dos duros anos de pandemia; além das seríssimas discussões em termos de proteção e segurança no ambiente escolar.





Há outra pauta estruturante que muitos ainda não estão dando a devida atenção: a emergência de um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Aprovado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, o atual PNE vai se encaminhando para a finalização de seu decênio entre descumprimentos e desconfianças: em seu último Relatório de Monitoramento, por exemplo, o INEP chegou à conclusão de que o nível mediano de execução do PNE alcançava apenas 39,0% (INEP, 2022). Antes de se propor uma “política de terra arrasada”, no entanto, é preciso olhar com atenção para o atual PNE, reconhecendo seus eventuais avanços e preservando dispositivos que merecem ser mantidos.

Uma das principais conquistas do atual PNE decorre de sua estrutura legal, que se baseia em metas, geralmente quantificáveis, o que possibilitou ao INEP desenvolver um sistema sólido de indicadores capaz de monitorar o seu progresso. Através desse esforço significativo, podemos afirmar, por exemplo, que, em 2020, 98,0% da população entre 6 e 14 anos estava frequentando a escola, mas que esse número caiu para 95,9% em 2021, refletindo o impacto da pandemia da Covid-19. Também podemos observar que as metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estão sendo atingidas nas séries iniciais do ensino fundamental, mas que não são alcançadas nos anos finais e no ensino médio. Além disso, constatamos que apenas 5,5% do PIB brasileiro é investido em educação, um valor ainda distante dos 10% estabelecidos pelo PNE. Esses números nos levam a refletir sobre a realidade nacional, revelando nossas dificuldades, mas nos impedindo de tirar conclusões apressadas de que “tudo vai mal na educação brasileira”.

A territorialidade como questão central do PNE: o SNE e os ADE

A partir de nossa experiência com o monitoramento do PNE, pudemos constatar que uma questão ainda está insuficientemente equacionada: a territorialidade. A começar pela definição de quem deve ser responsabilizado pelo cumprimento das suas metas: União, estados ou municípios? Em tese, o cumprimento das metas é uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores da sociedade, sendo que o governo federal tem um papel central na coordenação e na garantia de recursos para a implementação das políticas. A lei, no entanto, definiu que cada um dos entes federados tem autonomia para elaborar seu próprio plano de educação. Com isso, surgem divergências entre as metas adotadas em cada plano, dificultando o alcance das metas nacionais.

A fragilidade dessa articulação nos leva a um segundo problema: na impossibilidade de equacionar qual é a parcela de responsabilidade de cada um dos entes na consecução do PNE, a maioria dos estados e municípios brasileiros simplesmente reproduz em seus planos as metas e estratégias nacionais. Tal ação, ainda que pragmática, ignora as enormes diferenças que constituem o território brasileiro. O Brasil conta com 5.570 municípios. O Censo Populacional 2022 apontou que 3.866 deles (69,4%) são de pequeno porte (até 20.000 habitantes), enquanto apenas 312 (5,6%) são de grande porte (mais de 100.000 habitantes). Os municípios grandes, no entanto, concentram 57,5% da população (IBGE, 2022). Assim, é questionável a aplicabilidade das mesmas metas educacionais para todos os municípios, uma



vez que a realidade de uma cidade pequena é bastante diferente da realidade de uma grande metrópole, com estruturas e possibilidades mais amplas. Considerando essa diversidade, é importante lembrar que todos os estudantes brasileiros possuem os mesmos direitos educacionais e, portanto, é fundamental pensar em estratégias diferenciadas para garantir o acesso à educação de qualidade, levando em conta as particularidades de cada localidade.

Antes de buscar novas soluções para esses antigos problemas, vale a pena identificar os mecanismos que o próprio PNE já aponta. O primeiro deles, previsto no Art. 13, determina que o poder público deveria instituir, no prazo de dois anos, o Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE. A constituição do SNE é tarefa indispensável para que as metas nacionais sejam adaptadas às necessidades específicas de cada estado e municípios. Passados 9 anos da publicação da Lei, no entanto, é triste reconhecer que a instituição do SNE ainda está sendo discutida no Congresso Nacional.

Outro dispositivo, previsto no art. 7º, mas ainda pouco discutido no campo educacional, é ainda mais interessante para o fortalecimento da atuação territorial, principalmente entre

os municípios de pequeno porte: trata-se da possibilidade de formação dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE). Previstos desde a Resolução CEB/CNE n. 1, de 23 de janeiro de 2012, os ADEs inauguram uma “forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico” (CNE, 2012). Ao promover a articulação entre as instituições educacionais e os gestores públicos nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), os ADEs incentivam o direito à educação com qualidade social, fortalecem a democratização das relações de gestão e de planejamento integrado, promovem a eficiente busca e aplicação dos recursos, além de estruturar Planos Intermunicipais de Educação e considerá-los como referência para a elaboração, execução e avaliação dos projetos político-pedagógicos das escolas, colaborando para o alcance das metas do PNE.

Ainda assim, é importante destacar que, apesar de ser uma política importante para o desenvolvimento educacional no país, apenas 14 ADEs estão ativos no momento, contemplando 244 municípios. Isso significa que ainda há muito a ser feito para difundir essa possibilidade, potencializando o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Desenvolvimento Educacional e Desenvolvimento Produtivo: o papel da Educação Profissional

Ao falarmos em desenvolvimento não podemos nos restringir ao universo da escola, devendo considerar a sua articulação com a sociedade. Como já advertia Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Assim, será mesmo possível pensar em desenvolvimento sem pensar no desenvolvimento das forças produtivas? E é exatamente aí que queremos localizar um grande potencial, ainda não desbloqueado, na concepção dos ADEs: a colaboração para fomentar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dando suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Ao estimular a colaboração entre municípios, é compreensível que as articulações dos ADEs se restrinjam ao desenvolvimento da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental – ofertas prioritárias das secretarias municipais de educação; os ADEs,

no entanto, são mecanismos que facilitam a interlocução interfederativa, possibilitando aos municípios extrapolar as suas possibilidades educacionais. Nesse sentido, por que não pensar em conexões com o conjunto das escolas técnicas estaduais ou com os *campi* dos Institutos Federais, estruturas pensadas para a “atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”? (BRASIL, 2008).

Olhemos para o mundo: em 2020, entre os países membros da OCDE, 36% da população entre 15 a 19 anos cursava educação básica integrada à educação profissional. Já no Brasil, esse número não passava de 11%, o que reflete o nosso secular atraso social, tecnológico e educacional (OCDE, 2020). A realidade brasileira torna-se ainda mais preocupante quando verificamos que cerca de ¼ dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos sequer frequentam o ensino médio (INEP, 2021). Em contrapartida, no contexto da reforma do Ensino Médio, a perspectiva da formação técnico-profissional é apontada como a preferida entre os jovens, (Movimento pela Base), que enxergam nos cursos técnicos uma oportunidade para se inserirem em melhores condições no mundo do trabalho.



Aqui cabe uma reflexão especial: será essa uma boa ideia? A conexão do ensino de um ofício não poderá diminuir a importância e a aprendizagem das disciplinas tradicionais, tão necessárias para a formação do cidadão crítico e para o seu prosseguimento nos estudos? Vamos aos resultados empíricos: pesquisas realizadas pelo INEP demonstram que os estudantes que cursam o Ensino Médio integrado à educação profissional apresentam resultados superiores em Língua Portuguesa e Matemática, no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); da mesma forma, quando focalizamos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), verificamos que o desempenho dos estudantes de cursos técnicos é superior ao dos estudantes do ensino médio tradicional em todas as especialidades avaliadas (linguagens, matemática, ciência humanas, ciências da natureza e redação). Indo além, foi constatado que as taxas de evasão entre os estudantes dos cursos técnicos são muito menores do que as experimentadas entre os estudantes do ensino médio tradicional.

Superadas essas desconfianças iniciais, podemos extrapolar o universo das escolas e apreciar os ganhos que a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) traz para o desenvolvimento econômico local e regional. Primeiramente, é preciso considerar que seus egressos têm inequívocas vantagens em termos de emprego e renda. Depois, deve-se considerar que essa oferta educacional estimula a formação dos setores produtivos, dinamizando a economia e o bem-estar social.

Um dos maiores obstáculos apontados para o crescimento da EPT é relativo aos recursos necessários para desenvolvê-la, sabidamente superiores aos da educação tradicional. Pois é aí que a formação dos ADEs pode se mostrar ainda mais interessante: as possibilidades inauguradas por um ADE permitem que os municípios distribuam as especialidades, facilitando a construção da infraestrutura educacional, com suas oficinas e laboratórios, procurando agrupar

adequadamente os professores na formação de polos tecnológicos e estabelecendo uma coordenação dos esforços de gestão da cadeia educacional e produtiva.

A ideia não é nova, nem tampouco se trata de uma solução antiquada. Podemos tomar como exemplo a implementação das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs) na China, que ocorre desde a década de 1980. Essas zonas especializaram pequenas regiões geográficas que antes eram consideradas atrasadas, concentrando esforços educacionais, atraindo investimentos estrangeiros, facilitando a transferência de tecnologia e estimulando a inovação. Esse processo tem gerado empregos e contribuído para a melhoria das condições de vida da população local, além de reposicionar a China como potência econômica e tecnológica global.

Outro exemplo, ainda mais conhecido, localiza-se na Califórnia/Estados Unidos, com a integração das cidades, em sua maioria de pequeno porte, que formam o Vale do Silício. O sucesso da região está apoiado na adoção de um sistema de ensino altamente articulado com as empresas locais, trabalhando em conjunto para o desenvolvimento de soluções inovadoras e para a formação dos profissionais altamente qualificados que alçaram o Vale à vanguarda da tecnologia mundial, congregando empresas como Google, Apple, Facebook, Tesla, Intel, Amazon, Oracle, Uber, Airbnb, entre outras.

Antes que se afirme que tais ideias não podem ser desenvolvidas no Brasil, vale recordar de exemplos como o chamado “Vale da Eletrônica”, que integra o Arranjo Produtivo Local (APL) de Eletroeletrônica de Santa Rita do Sapucaí (MG), que também compreende os municípios de Itajubá, Pouso Alegre e Varginha. Se, até a década de 1950, a economia regional era basicamente agropastoril, a situação começou a mudar a partir de 1958, com a criação de uma Escola Técnica em Eletrônica. Com a chegada de outras instituições de ensino profissional na

região, o Vale da Eletrônica se consolidou como um dos principais polos de tecnologia do país, abrigando empresas de destaque no cenário nacional e internacional.

Engana-se também quem acredita que tais possibilidades se aplicam apenas às chamadas "altas tecnologias". Gosto de recordar os tempos em que estive no Instituto Federal de Santa Catarina e pude testemunhar as transformações promovidas nas comunidades produtoras de ostras a partir da implantação de fazendas marinhas. Antes empobrecidas pelo declínio da atividade pesqueira, essa inovação reinventou a tradição das comunidades locais e impulsionou o turismo na região, com muitos visitantes interessados em conhecer o processo de cultivo e degustar os frutos do mar frescos. Isso tem criado oportunidades para a abertura de novos negócios, como restaurantes e pousadas. Além disso, a atividade de cultivo de ostras tem contribuído para a melhoria da qualidade da água na baía de Florianópolis, já que as ostras são filtradoras naturais e ajudam a remover poluentes da água.

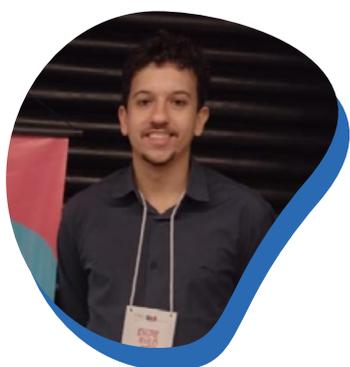
Dando suporte a tal atividade, encontra-se uma robusta estrutura de oferta de cursos profissionais que articula as instituições de ensino e os municípios da região: da cozinha local à gastronomia, do turismo à hotelaria, da manutenção de barcos à refrigeração e climatização, da pesca ao controle de processos ambientais, da formação básica à avançada em línguas estrangeiras - tudo concorre para a revitalização da região, preservando a cultura local e gerando emprego e renda para os seus moradores.

Por fim, deixo-me levar pelos caminhos da imaginação, vislumbrando as infinitas possibilidades que podem surgir a partir da feliz coordenação de esforços entre os municípios, suas instituições educacionais e suas vocações locais. Dos calçados de Franca às confecções do Agreste, da cachaça mineira ao vinho do Vale do São Francisco, do Parque Eólico de Osório ao Parque Solar de São Gonçalo, do Carnaval carioca ao Festival de Parintins, o território e a cultura brasileira são presentes que devem ser cultivados. Um novo Plano Nacional de Educação que priorize a articulação entre os Arranjos de Desenvolvimento da Educação e os Arranjos Produtivos Locais deve colaborar para a construção de um país mais próspero e justo, valorizando e preservando a diversidade cultural e produtiva que nos faz únicos no mundo.



EXPERIÊNCIAS EM COLABORAÇÃO

Por



Adriano de Sousa Sá

Secretário de Educação de Arantina, Diretor do ADE Terras Altas da Mantiqueira (ADETAM), Engenheiro de produção pela Faculdade de Engenharia de Resende (FER), mestre em ensino de física pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Licenciando em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Emilia de Mattos Merlini

Diretora Pedagógica do município de Lima Duarte e Subsecretária do ADE Terras Altas da Mantiqueira (ADETAM). É pedagoga, formada também em Relações Públicas pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Eis que nasce o primeiro ADE das Minas Gerais, sô!

A origem da ideia:

Adriano - Tudo começou no início de 2022, quando em reunião com Pilar Lacerda me foi apresentado esse modelo de trabalho: ADE! Arranjo de Desenvolvimento da Educação. Fiquei admirado com a ideia. Lembro-me de ter passado alguns dias estudando a respeito. Inclusive, o material do Instituto Positivo foi de suma importância para que pudesse entender melhor como funcionava o tal trabalho em Arranjo.

Em março de 2022, dediquei uma semana para planejar e programar o primeiro encontro, no qual a ideia seria disseminada para os outros educadores da região. No mesmo mês, separei mais uma semana para ir de cidade em cidade entregar a cada secretário o convite para o encontro. Levei, junto ao convite, um pequeno material que expunha de forma breve o que era um ADE. Sou grato pela receptividade de todos. Não tive nenhuma negativa e, como combinado, todos participaram do primeiro encontro.

O primeiro encontro (a construção):

Adriano - Em abril de 2021, na cidade de Arantina-MG, aconteceu o primeiro encontro do ADETAM, mas que ainda não tinha esse nome! O evento contou com a presença dos Secretários de Educação das 14 cidades que hoje fazem parte do Arranjo. Também reuniu prefeitos, vices, diretores e outros membros da comunidade.

Mais uma vez tendo o apoio da Pilar Lacerda, e também do Itaú Social, do ADE Chapada Diamantina e Regiões, da Bahia, e do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP), a reunião teve como pauta a explicação do que é e como formar um ADE. Os parceiros apresentaram, também, casos reais de políticas públicas educacionais de sucesso, que foram trabalhadas a partir desse modelo de cooperação.

Emília - Em Lima Duarte, quando recebemos o convite para esse evento, não entendemos muito bem do que se tratava e achamos que deveria ser algum evento político; achamos que devia ser algo meio chato, para dizer bem a verdade. Fomos para cumprir o protocolo. Lá chegando, nos deparamos com a proposta do ADE e do consórcio, que nos soaram muito inovadora e promissora.

Adriano teve o cuidado de levar para Arantina pessoas que nos explicaram muito bem sobre as duas propostas, seus prós e contras, além de representantes que vivenciaram a formação do ADE em seus municípios.

Os consórcios são muito comuns na área da Saúde, mas até então não tínhamos conhecimento do modelo de Arranjos Educacionais. Naquela primeira reunião meu coração se encheu de alegria, porque apesar de vivermos em uma sociedade muito individualista, sempre acreditei que é coletivamente que a verdadeira transformação é possível.



Naquele encontro já realizamos algumas trocas enriquecedoras, levantamos nossos principais problemas e apresentamos como lidamos com pontos em comum.

Adriano - No final, o saldo foi muito positivo. Um evento verdadeiramente enriquecedor. O espírito de cooperação estava ali presente. Todos demonstraram interesse em levar o projeto adiante.

Emília - Antes disso, eu me lembro de certo constrangimento ao entrar em contato com secretários de educação de municípios vizinhos, pessoas com as quais eu não tinha contato pessoalmente. Depois desse encontro, formamos um grupo de *whatsapp* que por si só já foi muito rico: trocamos ideias, perguntamos sobre programas do Governo Federal, contatos de fornecedores e até mesmo memorandos de licitação. E isso acontece até hoje!

O encontro posterior foi online. Nosso desafio agora era definir quem havia se interessado pela proposta e que modelo formal adotariamos: consórcio ou arranjo? O consórcio é mais formal, tem CNPJ, conta em banco e é mais difícil de acabar, embora mais difícil de ser criado também por conta das etapas formais necessárias. O arranjo é mais rápido para ser formalizado, porém mais frágil, mais fácil de ser encerrado em uma troca de gestão.

A construção de um ideal:

Adriano - As cidades estavam unidas em prol da educação regional. Além de definir o modelo, precisávamos definir um objetivo comum, uma causa pela qual lutar juntos.

No segundo encontro presencial do ADETAM, em Lima Duarte (MG), definimos esse ideal. O ADE Terras Altas da Mantiqueira lutaria pela promoção de uma educação de qualidade com equidade.

Os problemas que cada Rede possuía eram muito parecidos, para não dizer que eram os mesmos. Por isso, foi fácil definir o propósito pelo qual queremos trabalhar.

Para alcançar o objetivo traçado, resolvemos focar na alfabetização, na educação inclusiva e no fortalecimento da gestão. Temas que foram abordados no primeiro Simpósio do ADETAM em outubro de 2022.

Emília - No encontro de Lima Duarte, também definimos nosso regimento, que posteriormente foi assinado por todos os prefeitos e prefeitas.

MUNICÍPIOS		Habitantes
1)	Aiuruoca	6 mil
2)	Andrelândia	12 mil
3)	Arantina	3 mil
4)	Bocaina de Minas	5 mil
5)	Bom Jardim de Minas	6,5 mil
6)	Carvalhos	5 mil
7)	Liberdade	5,5 mil
8)	Lima Duarte	17 mil
9)	Olaria	2 mil
10)	Passa Vinte	2 mil
11)	Pedro Teixeira	2 mil
12)	Santa Rita de Jacutinga	5 mil
13)	São Vicente de Minas	7 mil
14)	Seritinga	2 mil
15)	Serranos	2 mil
TOTAL:		80 mil habitantes

Encontro da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação:

Emília - Em junho, eu e o Adriano também tivemos a honra e a alegria de participar do Encontro Nacional da Rede de Colaboração, em São Paulo (SP). Na ocasião, pudemos conhecer as iniciativas de todo Brasil e sentir a energia super potente de arranjos e consórcios constituídos há bem mais tempo que nós. Foi tudo muito intenso e podemos dizer que "chegamos chegando!".



O primeiro Simpósio:

Adriano - A cidade de Andrelândia-MG sediou o primeiro Simpósio do ADE Terras Altas da Mantiqueira; foram dois dias de evento. No primeiro dia, a cidade recebeu os gestores educacionais das redes que integram o ADETAM; no segundo dia, foi a vez dos professores participarem do simpósio.

Os temas trabalhados no evento foram educação inclusiva, gestão e alfabetização, conforme havia sido definido anteriormente como objetivos do ADE.

A parte da Educação Inclusiva foi trabalhada pelo Instituto Rodrigo Mendes, pelo professor Luiz que comandou magistralmente a roda de conversa sobre o tema, levando os educadores a uma profunda reflexão sobre como desenvolver práticas educacionais que gerem inclusão.

Uma equipe extremamente preparada foi enviada pela Comunidade Educativa Cedac para promover rodas de conversa e ministrar oficinas sobre alfabetização.

Tivemos um feedback bastante positivo dos educadores que participaram dos encontros. Mais uma etapa tinha sido alcançada. Conseguimos atingir diretamente a comunidade escolar. Agora o ADETAM não estava somente nas secretarias municipais de educação, mas também estava dentro das escolas de cada uma das cidades.



Emília - *Nessa ocasião, também apresentamos projetos educacionais desenvolvidos por nossos municípios e aprendemos muito uns com os outros. Depois disso, Adriano e eu passamos a integrar o comitê gestor da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação.*



O planejamento 2023:

Adriano - No mês em que escrevo este texto (abril de 2023), realizamos na cidade de São Vicente de Minas o primeiro encontro deste ano. Nele foram definidas as principais ações que envolverão o ADETAM em 2023, além de pautas comuns do momento, como a questão da segurança nas escolas, estrutura para atendimento de alunos com deficiência, questões administrativas relativas ao trabalho das especialistas educacionais e dos professores de apoio.

Para o planejamento de 2023, um próximo passo será dado. Já atingimos diretamente os secretários e as equipes técnicas das secretarias, os gestores escolares e os professores. Agora vamos desenvolver ações que promovam a participação direta dos alunos.

Ficou decidido que em agosto de 2023, na cidade de Liberdade-MG, faremos o primeiro encontro cultural do ADETAM. Será um evento em que cada cidade levará um grupo cultural para fazer uma apresentação. Uma grande festa da diversidade. Bandas, grupos de teatro, dança e por aí vai! É importante frisar que todos os grupos serão compostos por estudantes, que terão a oportunidade de mostrar sua arte e conhecer a cultura de outras cidades.

No mês de setembro, no município de Bom Jardim de Minas, acontecerá o primeiro Torneio Esportivo do nosso Arranjo. Teremos campeonatos de futsal masculino e queimada feminina. Serão todos times de nossas redes de ensino.



Penso que esses serão grandes marcos na história do ADE Terras Altas da Mantiqueira, visto que além de envolver os alunos em ações do nosso Arranjo, também estaremos promovendo a Educação Integral por meio da cultura e do esporte.

Por fim, decidimos que a sede do Simpósio deste ano será São Vicente de Minas. Acontecerá no mês de outubro e você leitor é nosso convidado especial!

ENTREVISTA

Por



Ellen da Silva –
cofundadora e diretora
de Formação da Mahin
Consultoria Antirracista

Cientista social de alma e de formação, com Mestrado sobre a representação feminina nos parlamentos de Brasil e Costa Rica. Foi coordenadora da iniciativa Equidade Racial no Educação Já. Atuou com educação e políticas públicas, nas funções de coordenadora no Movimento Profissão Docente (2019-2021) e assessora na Secretaria dos Direitos Humanos do Maranhão (2017-2019). É parte da rede de Líderes da Fundação Lemann, da Vetor Brasil, e da Fundação Botín (Rede Vocare). Ellen é cofundadora da Mahin e hoje lidera a área de Formação na organização.



Lara Vilela – gerente
de Advocacy da Mahin
Consultoria Antirracista

Gerente de Advocacy na Mahin Consultoria Antirracista. Mestre em Educação pela Universidade de Stanford e graduada em Economia pela Universidade de São Paulo. Em sua atuação profissional, acumulou experiências na área de Educação: foi coordenadora de Relações Governamentais no Movimento Colabora; coordenadora de Gestão no Programa de Apoio à Implementação da BNCC no Ministério da Educação; gerente de Planejamento Estratégico na Secretaria de Educação de Pernambuco; e analista de Negócios na empresa de Educação Kroton, nas áreas de Pós-Graduação e Cursos Técnicos.

Mahin Consultoria Antirracista fala sobre Educação das Relações Étnico-Raciais.

A Mahin Consultoria Antirracista é uma organização que aspira que a luta antirracista esteja tão presente na vida do povo brasileiro quanto arroz com feijão. Queremos formar lideranças, que tenham um compromisso ético com equidade racial. Fazemos isso por meio de experiências formativas, *advocacy* e produções técnicas tais como o documento de recomendações de políticas públicas de Educação para as Relações Étnico-raciais (Erer), produzido em parceria com o Todos pela Educação, e o de Gestão de Pessoas no Serviço Público, em parceria com o Movimento Pessoas à Frente.



Recomendações de Políticas de Equidade Étnico-Racial para os Governos Federal e Estaduais



Recomendações para a Promoção de Equidade Étnico-Racial no Serviço Público Brasileiro

Um dos tópicos fundamentais da pauta de equidade étnico-racial é o chamado racismo estrutural. Poderiam falar um pouco mais sobre isso e como é relevante todos ganharem cada vez mais consciência visando combatê-lo?

Mahin: O brasileiro médio não entende o racismo enquanto um fenômeno estrutural – ele só consegue ter consciência do que está na superfície, que são basicamente as discriminações. Mas precisamos entender o racismo estrutural enquanto uma construção de séculos, que sistematicamente colocou as pessoas negras e indígenas em posição de desvantagem. Os mais de 350 anos de escravidão criaram um sistema legal, econômico e cultural que produzia desvantagens muito objetivas. Como exemplo, podemos falar do impedimento legal de pessoas negras, fossem escravizadas ou livres, de frequentarem a escola (Lei nº1/1837).

As leis que reforçavam as hierarquias raciais não acabaram com a abolição da escravidão. Se olharmos para o século XX, também existiram políticas para promover, valorizar e fortalecer a ideia de superioridade das pessoas brancas. O artigo 138 da Constituição de 1934, por exemplo, coloca como competência da União, dos estados e dos municípios promover a educação eugênica, que nada mais era do que uma educação que defendia a superioridade das pessoas brancas.

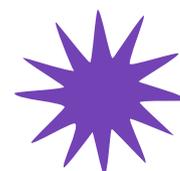
Quando falamos de racismo estrutural, estamos nos referindo a um sistema desenhado em que as oportunidades e o acesso a áreas fundamentais como educação, emprego, renda e saúde são distribuídos de maneira desigual, de acordo com a pertença étnico-racial das pessoas.

Por fim, é importante destacar que o brasileiro tende a achar que a raiz de nossas desigualdades está apenas relacionada à classe/renda. Mas, quando cruzamos os dados, vemos que o socioeconômico também é racial, porque as pessoas pobres são majoritariamente negras.

Se olharmos exclusivamente para dados educacionais de aprendizagem, fica nítido que até dentro do mesmo nível socioeconômico há disparidades étnico-raciais. Segundo os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), na prova de Língua Portuguesa (5º ano) para estudantes de Nível Socioeconômico Alto (NSE), 74,8% dos estudantes brancos tinham nível de aprendizado adequado, enquanto para estudantes pretos esse percentual é de 48,9%. Já entre os estudantes de Nível Socioeconômico Baixo, 52% daqueles autodeclarados brancos tinham nível de aprendizado adequado, enquanto entre estudantes pretos esse índice era de 32,9%. Em suma, é uma estrutura de oportunidades e experiências que prejudicam as pessoas negras e os povos indígenas e quilombolas e que, para serem corrigidas, exigem ações focalizadas de combate ao racismo.

O que é a equidade étnico-racial na educação? Ela pode ser considerada sinônimo de antirracismo?

Mahin: Essas duas nomenclaturas significam duas abordagens para lidar com o mesmo problema. De forma geral, o senso comum tende a associar a palavra “racismo” a situações em que ocorre discriminação racial. Mas, como mencionamos anteriormente, o racismo é um sistema complexo que produz acesso desigual a oportunidades em todas as áreas da sociedade. Nesse sentido, “antirracismo” remete à participação ativa das pessoas e/ou instituições no combate a esse sistema.



Já quando falamos de equidade étnico-racial na educação nos remetemos às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer). Na terminologia proposta nessa normativa, o intuito é refletir sobre a convivência entre indivíduos de todas as pertencas étnico-raciais. Isso significa que políticas de Erer não se limitam apenas a falar das violências que negros e indígenas sofrem, mas também para refletir sobre como as pessoas brancas e amarelas interagem com outras raças/etnias no Brasil. Essa é uma virada muito importante para acabar com crenças como a de que pessoas negras e indígenas devem ser as únicas responsáveis pelo combate à desigualdade racial.

De qualquer forma, seja falando de educação antirracista ou da abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais, fato é que a luta contra o racismo é responsabilidade de todas as pessoas e instituições que têm compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

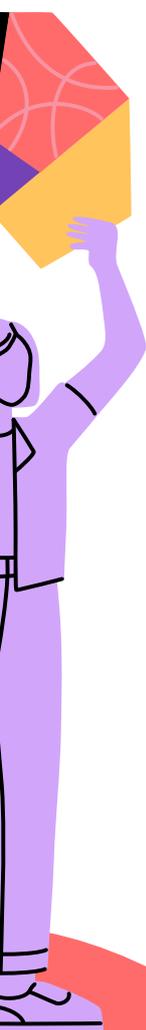
Em uma pesquisa científica recém-publicada, comparando jovens paulistanos de mesmo padrão socioeconômico, mostra-se que os negros aprendem bem menos que os brancos. Pode-se afirmar que isso tem relação com o racismo estrutural? Ou quais as razões poderiam explicar o fenômeno?

Mahin: Sim, essas disparidades são uma expressão do racismo estrutural. Elas não derivam somente da escravidão, mas também da ausência de políticas de inclusão subsequentes que impactaram não apenas o acesso à educação, mas também à saúde, à habitação, ao transporte coletivo, à segurança alimentar etc. A relação do estudante com a educação é profundamente influenciada por todas essas

dimensões da vida. Dessa forma, um ciclo vicioso se instaura, impactando a aprendizagem.

Como já mencionamos, os dados demonstram que há desigualdades de aprendizagem entre crianças brancas e pretas, mesmo quando controlamos por classe social. Em uma pesquisa importante, realizada com dados do estado de São Paulo, que almejava verificar se há discriminação racial por parte dos professores no momento de atribuição das notas dos alunos, os pesquisadores compararam a avaliação realizada pelo professor com alunos paulistas negros e brancos com mesma proficiência no Saresp, prova em larga escala realizada pelo governo estadual paulista. Ao analisar as chances de um aluno passar do 9º ano para o Ensino Médio e de ter uma nota acima da média da classe, os autores observaram que ambas as probabilidades são menores para alunos negros, mesmo com o controle dos dados pela proficiência e por outras características socioeconômicas e comportamentais dos alunos. Isso significa que existe um viés do professor quando ele está avaliando um aluno negro, o que possivelmente impacta a aprendizagem, a autoestima e o desenvolvimento desses estudantes. Tudo isso é uma questão estrutural: os professores aprenderam, a partir de suas próprias vivências, a visualizar as crianças negras como piores alunos, e isso os levou a reproduzir essa estrutura racista.

Uma outra pesquisa importante desse campo, também feita em São Paulo, pela pesquisadora Eliane Cavalleiro, mostra como professores davam mais afeto para as crianças brancas do que para as crianças negras na fase da Educação Infantil, com crianças de 4 a 6 anos. Considerando que a primeira infância é uma etapa crucial para o desenvolvimento, dada sua correlação com habilidades emocionais e sociais ao longo da vida, os impactos do racismo nesse momento da vida são devastadores.



No entanto, embora a atenção recaia frequentemente sobre professoras(es) nas pesquisas, é fundamental compartilhar essa responsabilidade. As escolhas da gestão pública também desempenham um papel essencial nessa estrutura racista. A falta de alocação de recursos, pessoal, formação e protocolos para lidar com discriminação reflete uma negligência sistêmica. É por isso que no documento que elaboramos falamos da educação como motor da desigualdade étnico-racial. Quando a gestão pública não se coloca como promotora de Erer, ela só reproduz o *status quo*, que é o racismo.

Felizmente, o tema da equidade étnico-racial tem ganhado cada vez mais visibilidade e atenção nas redes de ensino. Na opinião de vocês, o que tem ajudado a provocar o avanço dessa agenda?

Mahin: Há vários fatores que podem ter influenciado. O antirracismo ter se tornado mais presente no debate global após o assassinato de George Floyd, do menino Miguel e do menino João Pedro, em 2020, é um deles. No caso específico da educação, a aprovação do novo Fundeb com a condicionalidade de promoção de equidade étnico-racial para o Vaar é outro estímulo interessante.

Mas certamente o principal fator para termos as condições de fazer essa discussão de Erer hoje é a contínua e incansável luta dos movimentos negros, indígenas e quilombolas. Existem iniciativas como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado, que são movimentações de pessoas negras organizadas demandando direitos durante todo o século XX. Quando essa luta chega ao cenário da Constituinte, ela começa a impactar a gestão pública.

A partir daí começa a existir uma pressão, especialmente no âmbito federal, para a

formulação de políticas públicas de promoção de equidade. O marco da Lei 10.639 (2003) e da Lei 11.645 (2008), bem como as diretrizes que nascem a partir delas, permite a cobrança da sociedade e dos órgãos de controle para as redes de ensino promoverem Erer. A partir desses e outros mecanismos legais, vemos uma alavanca cultural e social que permite mais visibilidade e atenção nas redes de ensino – esse é o grande diferencial em relação a outras décadas.

Outro fator fundamental é a aprovação das políticas de cotas para o nível superior no começo do século XXI, como iniciativa de algumas universidades e depois como lei para todas as Instituições de Ensino Superior (IES) federais, em 2012. É comum os cotistas serem a primeira pessoa da família a acessar uma universidade, e a política vem como uma correção de gerações sem acesso à educação pública e ao Ensino Superior. A partir desse cenário, vai se fortalecendo uma valorização do que é negro, do que é indígena, e vai ficando insustentável não tratar do tema. Além disso, a partir das primeiras gerações de cotistas graduados, se consolidou uma nova geração de profissionais negros, pardos e indígenas ocupando variadas esferas de poder e influência, fortalecendo a crítica das relações raciais no país.

Esse conjunto de fatores combinados tem tornado o debate de Erer cada vez mais presente, mas não necessariamente prioritário. Acreditamos que as redes de ensino ainda precisam encarar a agenda de Erer como condição para o sucesso das políticas educacionais, e não como uma agenda paralela.

Há pelo menos 20 anos, as redes de ensino devem, por força de lei, incluir no currículo oficial as temáticas História e Cultura Afro-brasileira e História e Cultura dos Povos Indígenas. Mas existe uma pesquisa realizada

em conjunto pelo Instituto Alana e pelo Instituto Geledés, publicada em 2023, que busca entender a atuação das secretarias municipais de ensino com relação a esse tema. Entre os respondentes, 53% afirmam que o maior desafio para a implementação do ensino desses temas é a ausência de apoio de outros entes e organizações, e 32% afirmam que a secretaria não tem informação e orientação suficientes sobre a temática. Na opinião de vocês, por onde uma rede de ensino pode começar a atuar, em especial aquelas de pequeno ou médio porte, que possuem limitações orçamentárias e de equipe?

Mahin: Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a integração das políticas de Erer, como a implementação da Lei 10.639, demanda uma visão ampla e transversal, envolvendo temas muito diferentes como financiamento, estrutura escolar e capacitação de gestores. No entanto, a transversalidade requer responsabilidade. A implementação dessas políticas exige uma abordagem consciente e comprometida de toda a secretaria, especialmente das lideranças que por diversas vezes são resistentes.

Com relação à implementação da Lei 10.639, a própria normativa traz diretrizes do que pode ser feito no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O documento realça como principais atividades do sistema municipal de ensino: apoio às escolas na implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, orientação de equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação, formação regular e colaborativa de quadros do sistema educacional envolvendo

atores como Fóruns de Educação, instituições de Ensino Superior, Neabs, Secadi/MEC, sociedade civil e movimento negro. Outras iniciativas compreendem produção e distribuição regional de materiais que valorizem a população local, colaboração com a Undime e Uncme para planos municipais de educação alinhados com as leis, consultas escolares gerando relatórios anuais sobre implementação, autoavaliação das escolas com guias orientadores baseados em indicadores socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero e criação de equipes técnicas para assuntos de diversidade nas Secretarias Municipais de Educação, com recursos orçamentários.

Para além de listar o que pode ser feito, queremos destacar alguns obstáculos que as redes de ensino podem encontrar caso decidam se engajar com a agenda de Erer. No Brasil, existem várias políticas que são requisitos para a Erer triunfar, e elas nem sempre estão bem estruturadas. Como exemplo, podemos destacar as formações continuadas. Um estudo de Gabriela Moriconi diz que, a partir de boas práticas, a formação continuada precisa ser feita com pares, customizada e periódica, com recorrência ao longo do tempo. E temos poucas evidências de que as secretarias têm formação de Erer, e menos ainda de acordo com o indicado pela literatura.

Nesse sentido, é preciso tornar as políticas mais estruturadas para conseguir trabalhar a Erer, considerando também que só estruturar melhor as políticas – como a de formação continuada – não vai garantir que a Erer seja promovida. Temos esse nó importante para resolver, e as redes não podem fugir dele.

Considerando a centralidade da formação continuada, é necessário destacar que, quando o assunto é racismo no sistema escolar, em muitos casos precisamos convencer os profissionais da Educação de que a desigualdade

racial impacta os resultados da rede – e para isso é preciso produzir uma sensibilização inicial baseada em dados. Uma vez que os profissionais tenham sido sensibilizados, é preciso que essas formações sejam especificadas o suficiente para se tornarem práticas pedagógicas e transversais a todas as áreas do conhecimento. Não existe área de conhecimento que não possa tratar da Educação para as Relações Étnico-raciais. Se eu sou um professor de Biologia, posso falar de racismo científico, genética e assim por diante.

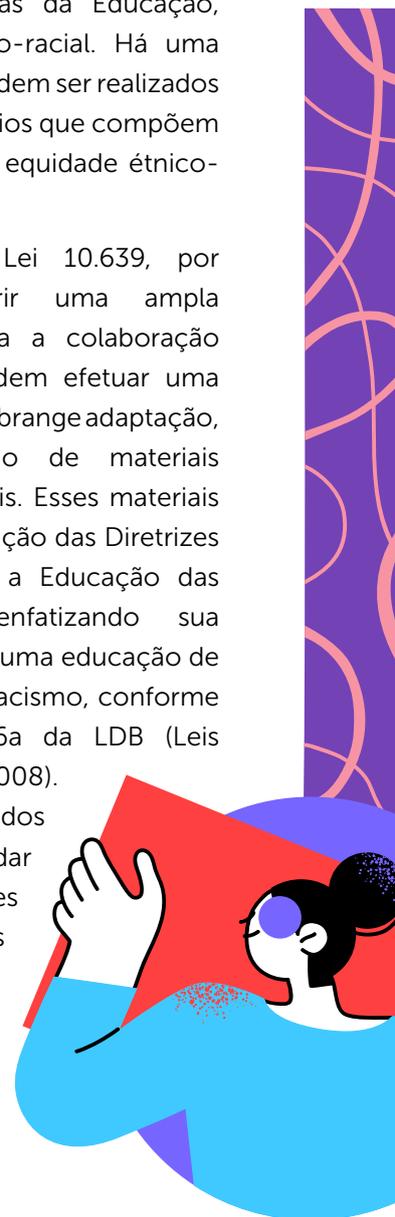
Há outro obstáculo para destacar: se o racismo é uma força que estrutura nossa sociedade há tantos séculos, e se uma rede municipal quer mudar o *status quo* e se estruturar para promover Erer, ela vai encontrar muita resistência. Isso não pode ser negligenciado para que não entremos de maneira ingênua nessa empreitada. Por exemplo, para tratar de racismo na escola, possivelmente um dos temas a ser abordado é racismo religioso e perseguição de religiões de matriz africana. É comum que muitas pessoas que professam outras fés se sintam ofendidas quando tratamos desse tema, porque entendem isso como um letramento religioso, quando na verdade é uma forma importante de falarmos da presença negra no Brasil, inclusive como espaço que possibilitou a sobrevivência de negros durante a escravidão.

Hoje temos uma escola que é só focada em celebrar o que as pessoas brancas fizeram: ela já é uma representação não verdadeira de nossa sociedade. Para transformar isso agora, o custo é mais alto, então as redes precisam se preparar para superar a resistência negativa que pode vir de toda a comunidade escolar. Essa é uma preparação importante, mas para além dela também é preciso vontade política, inteligência e estratégia para conseguir fazer esse conteúdo e essa percepção de uma escola para todos chegar aos estudantes com muito respeito.

A atuação em regime de colaboração pode ser uma saída para as redes que ainda estão iniciando ou não iniciaram esse trabalho? Citem exemplos de ações que poderiam ser realizadas conjuntamente.

Mahin: Com certeza, os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) são um modelo de atuação do regime de colaboração extremamente atraente, já que aumentam a intensidade e a qualidade das relações entre os municípios parceiros, ampliando a possibilidade de equidade educacional. A cooperação horizontal intermunicipal pode fortalecer suas capacidades estatais e produzir ganhos de escala em diversas temáticas da Educação, inclusive na equidade étnico-racial. Há uma infinidade de trabalhos que podem ser realizados conjuntamente entre municípios que compõem um Arranjo para promover a equidade étnico-racial na Educação.

Ao considerarmos a Lei 10.639, por exemplo, podemos sugerir uma ampla possibilidade de ações para a colaboração intermunicipal. Os ADEs podem efetuar uma abordagem colaborativa que abrange adaptação, disseminação e distribuição de materiais alinhados aos contextos locais. Esses materiais podem orientar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, enfatizando sua importância na promoção de uma educação de qualidade e no combate ao racismo, conforme estabelecido pelo artigo 26a da LDB (Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008). Além disso, por meio dos Arranjos, é viável recomendar a estruturação de formações continuadas alinhadas a esses novos currículos e materiais, baseadas em boas práticas e focalizadas na promoção da Erer.



Entre outras iniciativas que podem ser potencializadas se realizadas por meio de Arranjos intermunicipais, mencionamos também a construção conjunta da inteligência de aprimoramento do processo de coleta de informação de raça e etnia dos estudantes e a promoção de campanhas de conscientização da autodeclaração de estudantes, tendo em vista que municípios próximos em geral têm características semelhantes na composição de sua população. No documento de Equidade Étnico-racial na Educação, que produzimos com o Todos pela Educação, há uma série de outras recomendações para Secretarias Municipais de Educação que podem ser adaptadas para os Arranjos.

Os ADEs são uma alternativa de baixo custo e reduzida burocracia para as redes que buscam o aperfeiçoamento administrativo e pedagógico. Vocês acreditam que uma pauta comum entre as redes, voltada à política de Erer e de equidade, poderá reduzir o tempo de aperfeiçoamento do conhecimento dos profissionais sobre a pauta e gerar melhores resultados para os alunos das redes a partir da colaboração intermunicipal?

Mahin: Sim, acreditamos que uma pauta comum entre as redes sobre políticas de Educação das Relações Étnico-raciais e promoção da equidade pode trazer benefícios significativos para os profissionais da Educação, bem como a melhoria dos resultados dos alunos. Ao estabelecer uma pauta comum centrada na Erer e na equidade, as redes podem compartilhar estratégias, recursos humanos, melhores práticas e experiências de forma colaborativa.

Por ser um mecanismo que não envolve um engessamento institucional, que respeita as características locais e tem foco pedagógico nas ações, essa abordagem colaborativa pode acelerar o processo de capacitação e conscientização dos profissionais sobre a pauta da Erer. Ao colaborar entre as redes, os profissionais têm a oportunidade de aprender uns com os outros, trocar ideias e soluções inovadoras e aprimorar suas abordagens pedagógicas. Além disso, a união de esforços em torno de uma pauta comum pode aumentar a visibilidade e a importância da Erer, promovendo um ambiente mais propício à implementação eficaz das diretrizes.

Um fator a ser ressaltado é a necessidade de levar o contexto local a sério. As redes precisam entender qual é a demanda no território delas. Por exemplo, em uma cidade da Serra Gaúcha é preciso promover as histórias de negros e indígenas do território, mas também é necessário conscientizar crianças, adolescentes e pais sobre como o racismo está presente na forma como eles se relacionam, sobre como essa ideia de superioridade branca está internalizada neles. Não adianta fazer a mesma estratégia para o país inteiro. Cada território tem uma demanda, e por isso a importância de contextualizar, customizar e ter uma equipe pedagógica com sensibilidade para entender as necessidades dos estudantes.

Como os Arranjos, em geral, têm como semelhanças condições contextuais (características regionais e trajetória) e desenho institucional (processo decisório, capacidades estatais, modelo de governança e liderança), a colaboração intermunicipal por meio dos ADEs, com relação às políticas de Erer, tem o potencial de acelerar o aperfeiçoamento do conhecimento dos profissionais, promover uma educação mais inclusiva e gerar resultados mais positivos para os alunos das redes envolvidas.

ESPAÇO DA REDE



Por

Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação

A Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação é uma iniciativa suprapartidária, sem fins lucrativos, e que representa a união de forças institucionais, tanto públicas quanto privadas, que atuam em regime de colaboração como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade da educação no Brasil.



Contribuições da colaboração intermunicipal para o monitoramento dos Planos Municipais de Educação

Com a democratização, a maior descentralização e a reorganização de competências em torno do federalismo de cooperação propostas pela Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a participar ativamente de todo o Ciclo de Políticas Públicas.

Ao mesmo tempo que concedeu maior autonomia aos municípios, o pacto federativo gerou alguns desafios de gestão, como a necessária implementação de ações que atendam às especificidades locais e regionais e que estejam alinhadas às diretrizes definidas nas esferas supranacionais, de maneira que todos os entes federados contribuam para o alcance de metas nacionais.

Tal forma de proceder demanda alta capacidade de organização, planejamento e execução, o que para municípios de pequeno porte pode representar um grandioso esforço. Vale ressaltar que, segundo estimativa populacional realizada em 2021 pelo IBGE¹, 67,7% dos 5.570 municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes, ou seja 3.770 municípios são considerados de pequeno porte.

No âmbito da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei 13.005/2014 é um instrumento de planejamento que concebeu dez diretrizes, 20 metas e 254 estratégias para a política educacional brasileira no período de 2014 a 2024, a serem implementadas em regime

¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31458-populacao-estimada-do-pais-quega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-em-2021>

de colaboração interfederativa. As diretrizes têm como foco a melhoria da educação brasileira, as metas estabelecem onde se pretende chegar até 2024 e as estratégias elucidam a forma como as metas serão alcançadas.

As 20 metas definidas no PNE-2014 podem ser divididas em cinco grandes blocos:

- ◆ Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11: estruturantes para a garantia do direito à educação básica de qualidade (acesso, universalização da alfabetização e ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais);
- ◆ Metas 4 e 8: dizem respeito à redução das desigualdades e à valorização da diversidade;
- ◆ Metas 15, 16, 17 e 18: ligadas à valorização dos profissionais da educação;
- ◆ Metas 12, 13 e 14: relacionadas ao ensino superior;
- ◆ Metas 19 e 20: efetivação da gestão democrática da educação e ampliação do investimento público em educação pública.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996), na organização da educação brasileira, alguns compromissos são específicos de determinado nível de governo, enquanto outros são compartilhados. À vista disso, pode-se inferir que ora as ações requerem maior esforço de certos entes federados, ora de outros, sem, todavia, reduzir a importância de se planejar e executar ações conjuntamente, segundo o regime de colaboração. Tendo atribuições comuns, os entes federados obterão resultados mais efetivos, eficientes e eficazes se planejarem suas ações de maneira integrada.

Dispondo do plano nacional como referencial, os planos subnacionais foram elaborados e desde então vêm sendo executados, monitorados e avaliados pelos poderes públicos. Em 2014, o INEP publicou a *Linha de Base* para o monitoramento do PNE, que a partir de indicadores selecionados apresentou o ponto de partida de cada meta no início de sua vigência. A cada biênio, a contar de 2016, o INEP lança um relatório de monitoramento, tornando pública a evolução do cumprimento das metas através da consolidação de dados organizados por ente federado, bem como agrupados nacionalmente. Ademais, os relatórios apresentam aprimoramentos nos indicadores utilizados e possibilitam reflexões e ajustes - antes que se alcance o prazo limite - em relação ao planejamento geral, às metas e/ou às estratégias.

Ao apontar para a corresponsabilidade de municípios, estados e Distrito Federal no cumprimento das metas dentro dos prazos estabelecidos, o PNE invoca e orienta-os a, além de elaborarem e efetivarem seus planos, planejarem e executarem o monitoramento contínuo e as avaliações periódicas. Para tanto, sugere que os entes organizem:

- ◆ comissões que promovam o controle social e a transparência no monitoramento e na avaliação do processo de implementação;
- ◆ equipes técnicas capazes de atuarem no levantamento, sistematização de dados e preparação de relatórios e avaliações periódicos;
- ◆ instrumentos para coleta e sistematização de dados;
- ◆ fichas de monitoramento e notas técnicas.

Diante de tais incumbências e reconhecendo os desafios administrativos, políticos e financeiros enfrentados por muitos municípios brasileiros, alguns caminhos são vislumbrados, com destaque para as ações colaborativas entre municípios, citadas nos artigos 7º e 8º do PNE-2014.

A colaboração intermunicipal é uma prática de gestão que pode promover a ampliação das capacidades dos poderes locais, uma vez que abre espaço para a superação de desafios comuns. Vários municípios constataam o potencial de fortalecimento do coletivo e individual ao adotarem ações colaborativas a exemplo da formação de gestores e suas equipes; do compartilhamento de saberes e práticas; e da tomada de decisão colegiada.

Nesta edição da revista ColaborAção destacamos três iniciativas de colaboração intermunicipal – um consórcio público e dois Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) - que estão reunindo esforços para que, juntos, obtenham maior êxito na execução, no monitoramento e na avaliação de seus Planos Municipais de Educação. É preciso empenho coletivo para que se alcance a almejada educação de qualidade para todos!



Vanessa Ananias Malacrida

Supervisora de Ensino no município de Taciba (SP) e membro da comissão executiva do CIVAP (SP)

O [Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema \(CIVAP\)](#) existe desde 1985 e atualmente reúne 43 municípios do oeste do Estado de São Paulo que atuam conjuntamente em várias áreas da gestão pública, buscando ampliar e potencializar as ações locais.



Na área da educação, o CIVAP conta com uma Câmara Técnica (CTE), instituída em 2015 e composta por gestores e técnicos dos municípios consorciados. A CTE tem como objetivo promover a melhoria da educação com equidade no território e, neste sentido, desenvolve projetos regionais e articula o diálogo intermunicipal e intergovernamental. Observa-se inúmeros ganhos para os municípios.

Em suas reuniões periódicas, os gestores integrantes da CTE perceberam que os debates acerca da implementação de metas, do monitoramento e da elaboração dos relatórios do PME eram anseio geral. Buscaram parcerias para que as equipes tivessem orientações relativas à elaboração de notas técnicas, promoveram discussões sobre assuntos relacionados a metas específicas e oportunizaram o compartilhamento de saberes entre os técnicos dos municípios, contribuindo imensamente para que dúvidas fossem dissipadas e processos de ajustes fossem agilizados.

Os esclarecimentos sobre os relatórios de monitoramento foram providenciais para que todos pudessem realizar satisfatoriamente

a ação e deixaram claro que se trata de valioso instrumento de sistematização de dados de acompanhamento, facilitando a visualização das metas e estratégias atingidas e daquelas que ainda precisam de atenção. Da mesma forma, as explicações a respeito da importância da participação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no processo de monitoramento e avaliação foram recebidas com bastante entusiasmo e logo colocadas em prática.



Vera Gomes de Sousa dos Santos

Integrante da equipe técnica na Secretaria de Educação no município de Itinga do Maranhão e Coordenadora do ADERA (MA).

O Arranjo de Desenvolvimento da Educação da região dos Açaizais (ADERA) foi fundado em 2019 e é integrado por oito municípios do Estado do Maranhão.

Os integrantes do ADERA realizam reuniões mensais nas quais são discutidos vários assuntos de interesse geral e específico.

Quanto ao monitoramento das metas dos Planos Municipais de Educação (PMEs), seguem os passos sugeridos no PNE: estudam as metas de todos os municípios e levantam as que precisam de ações imediatas. Em seguida, verificam as dificuldades que cada administração está enfrentando para implementar as estratégias e decidem quais ações serão priorizadas

naquele momento; discutem e criam diretrizes e notas técnicas gerais, que são compartilhadas com o grupo para que cada equipe gestora municipal possa adequá-las de acordo com sua realidade.

O monitoramento das aprendizagens é feito através de planilhas de acompanhamento, que foram discutidas, criadas e depois apresentadas em encontros do ADERA. Cada município realiza as adequações necessárias às suas especificidades, mas sempre respeitando as diretrizes gerais estabelecidas no coletivo. Quanto à melhoria dos índices do IDEB (meta 7), definem coletivamente quais ações podem ajudar os municípios a alcançarem essa meta.

No tocante à Educação de Jovens e Adultos (EJA), meta 10, os gestores e técnicos discutiram no colegiado sobre as formas mais apropriadas para se fazer adequações quanto à carga horária e inclusão de cursos profissionalizantes.

De maneira geral e conforme as necessidades identificadas, procuram parcerias para auxiliar as equipes gestoras locais na busca de soluções. Já firmaram parceria para formação continuada e para criar condições para as eleições de diretores escolares em todos os municípios - cargos até então ocupados por indicação. Para este último, criaram um documento coletivo no qual elencaram todas as ações necessárias para atender às solicitações das instâncias superiores.





Gilmara da Silva

Consultora Educacional
do ADE CoGemfri (SC)

ADE CoGemfri - Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, composto por 11 municípios do Estado de Santa Catarina

Desde 2015, o CoGemfri tem um Grupo de Trabalho Permanente (GT) para debater os PMEs.

Este GT é composto por pessoas indicadas pelos dirigentes municipais da educação, normalmente integrantes da equipe técnica de monitoramento da secretaria. O território recebeu orientação inicial da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE-MEC) e vários encontros foram realizados na sede do CoGemfri para que os técnicos compreendessem o processo.

O primeiro monitoramento foi realizado a partir de sugestões contidas em relatório feito pelo MEC. Em 2017, foi realizado o segundo relatório de monitoramento, estruturado pelos agentes técnicos do MEC no âmbito do estado de Santa Catarina. A partir de então, passaram a atuar mais diretamente com o Fórum Estadual de Educação. Em 2020, junto a um conjunto de órgãos de controle externo foi elaborada uma planilha para estruturação do monitoramento dos Planos. Tal proposta foi apresentada e validada pelo GT. Em 2023, o monitoramento dos PMEs dos 11 municípios foi finalizado, com as 20 metas e as mais de 300 estratégias. Todos os municípios estão fazendo os encaminhamentos de aprovação do relatório do PME e/ou da avaliação do Plano Municipal de Educação, conforme determinam as legislações municipais.

Seguindo diretrizes do PNE caso o monitoramento e a avaliação apontem para a necessidade de alteração do plano, o GT orientou os técnicos e as legislações dos municípios de Itajaí, Luiz Alves e Balneário Piçarras já sofreram alterações no anexo da lei que institui o PME, as quais foram aprovadas nas respectivas Câmaras de Vereadores. Todos os municípios estão com o monitoramento em dia.

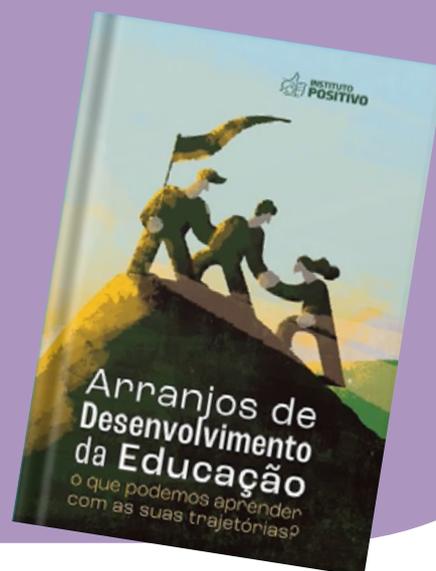
Esse é um trabalho do GT que vem obtendo muito resultado, uma vez que os técnicos dos municípios integrantes do CoGemfri conseguem buscar os dados, debatê-los e qualificá-los conjuntamente e principalmente estar com o documento oficial em dia.

A próxima etapa será colocar todos os documentos oficiais das prefeituras em uma plataforma comum aos municípios para que os cidadãos tenham acesso e possam qualificar ainda mais o monitoramento dos Planos.

Em 2021, outro trabalho colegiado que contribui para a implementação e o monitoramento dos PMEs foi finalizado: a elaboração do plano estratégico regional, contendo ações a serem realizadas em colaboração no território no período de 2021 a 2024.



ESPAÇO ABERTO



Por



Maria Paula Mansur Mäder

Doutora em Educação pela PUC-PR, na linha de pesquisa Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores. Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná; possui especialização em Leitura de Múltiplas Linguagens; especialização em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global; graduação em Letras-Português e também em Comunicação Social. É especialista em pesquisa e produção de conhecimento sobre Regime de Colaboração e Arranjos de Desenvolvimento da Educação.

Quanto avançamos e já aprendemos com a cooperação intermunicipal? Novo livro do IP apresenta o “estado da arte” dos ADES

O Instituto Positivo (IP) tem como missão atuar em favor da melhoria da qualidade da Educação pública, por meio do incentivo ao Regime de Colaboração. Para isso, há cerca de 8 anos o IP se dedica a apoiar um modelo de cooperação intermunicipal chamado Arranjo de Desenvolvimento da Educação, e

essa atuação se dá por dois caminhos: apoio técnico direto em território selecionado pelo Instituto, e disseminação de conhecimento por meio de pesquisa e publicações de e-books, revistas, cartilhas, livros, entre outros materiais que compõem um acervo robusto, disponível gratuitamente no site do IP.

O principal objetivo da disseminação é ampliar o alcance do conhecimento sobre o modelo, a fim de que cada vez mais territórios adotem a cooperação intermunicipal para vencer os desafios da gestão educacional.

Assim, em 2017, o IP lançou seu primeiro livro que tratou com exclusividade da temática da cooperação intermunicipal por meio de Arranjos de Desenvolvimento da Educação, apresentando não apenas o conceito do mecanismo, mas também o cenário de iniciativas em atividade naquele momento. A publicação teve autoria de Fernando Abrucio e Maíra Weber e pode ser acessada no acervo digital.



Acompanhando sempre de perto os ADEs já implantados, e percebendo que o desconhecimento sobre o modelo de trabalho colaborativo é o que leva a um número pequeno de iniciativas no país, (nem 5% do total de municípios brasileiros trabalham hoje em colaboração), o IP sentiu a necessidade de apresentar de maneira prática como funciona um Arranjo, desde os primeiros passos para sua implantação até os principais fatores para uma gestão de sucesso. O lançamento do guia de implantação e gestão aconteceu em março de 2020, e sua versão digital também está disponível para download no site do Instituto.

Em 2023, passados 6 anos daquela publicação que apresentou um panorama dos ADEs, o IP percebeu que já estava na hora de trazer novidades sobre o cenário dos Arranjos em atividade, e principalmente sobre os aspectos de regulamentação desse modelo de regime de colaboração. Para isso, organizou uma nova pesquisa, e convidou quatro pesquisadores que são referência na temática da cooperação intermunicipal: Fernando Abrucio, Catarina Segatto, Eduardo Grin e Lizandro Lui, que junto com a coordenação de produção e disseminação de conhecimentos produziram o novo livro que o Instituto Positivo está lançando: **Arranjos de Desenvolvimento da Educação: o que podemos aprender com as suas trajetórias?**

O livro está dividido em quatro capítulos, e conta ainda com um encarte que apresenta um mapa com a localização das iniciativas pesquisadas, acompanhadas de QRcodes que dão acesso a uma coleção de e-books desenvolvidos pelo IP; em cada um deles é possível mergulhar mais a fundo na trajetória dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação.

O primeiro capítulo do livro apresenta uma sistematização da literatura sobre a trajetória da cooperação intermunicipal no país, suas principais características, mudanças ao longo do tempo e efeitos nas políticas, bem como dos ADEs na política de Educação brasileira. Já no segundo capítulo são apresentadas análises quantitativa e qualitativa de 13 ADEs, a partir de uma seleção de indicadores socioeconômicos e de questionários respondidos por representantes dos Arranjos. Foram analisados na obra: ADERA (Maranhão), Alto Turi (Maranhão), Agreste Litoral (Bahia), Balaios (Maranhão), Chapada Diamantina e Regiões (Bahia), CoGemfri (Santa Catarina), GE5 (Piauí), GE4 (Piauí), Granfpolis (Santa Catarina), Guarás (Maranhão), Noroeste Paulista (São Paulo), Norte Gaúcho (Rio Grande do Sul) e Serra Catarinense (Santa Catarina).



O terceiro capítulo do livro mergulha em detalhes nos casos de quatro ADEs: ADERA (Maranhão), ADE Granfpolis (Santa Catarina), ADE Noroeste Paulista (São Paulo) e ADE Agreste Litoral (Bahia). Esses ADEs foram escolhidos a partir de duas dimensões: conteúdo das ações e institucionalização da cooperação. Todos os Arranjos possuem, assim, graus de institucionalização similares, mas variam em seus conteúdos, o que é central para compreender não só suas diferentes dinâmicas e características principais, mas também os resultados de Arranjos que têm objetivos distintos. A análise se baseou em dados qualitativos coletados em entrevistas semiestruturadas com gestores das secretarias municipais de Educação, participantes dos Arranjos, representantes de instituições parceiras e outros atores considerados relevantes para a compreensão dos casos selecionados.

No capítulo final, "Avanços, limites e desafios da colaboração territorial na Educação brasileira: a experiência em construção dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação", temos uma análise geral do contexto em que se encontram as iniciativas e o quanto ainda precisa ser trilhado para sua efetiva consolidação.

A obra, além de ter como objetivo contribuir na disseminação do tema - uma das missões do Instituto Positivo - também pretende manter

atualizadas as informações acerca do cenário da cooperação intermunicipal por meio de dados qualificados, incentivando pesquisas e diálogos tanto no meio acadêmico quanto na defesa de políticas públicas para a educação. Convidamos você a conhecer melhor essas iniciativas. Boa leitura!



O Instituto Positivo convidou os quatro autores do livro para um bate-papo que foi mediado pela organizadora da obra. No diálogo, eles apontam algumas conclusões da pesquisa, não deixe de conferir.



COMPARTILHANDO

Encontre aqui dicas e materiais úteis sobre a colaboração na Educação.

Na seção Entrevista, você conferiu um bate-papo com duas representantes da Mahin Consultoria Antirracista, que, junto ao Todos Pela Educação, elaborou um documento com recomendações de políticas públicas sobre equidade étnico-racial na Educação, que serve como um guia para orientar as ações futuras e garantir que a equidade seja alcançada.



<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/12/educacao-ja-2022-equidade-etnico-racial.pdf>

Recomendações para a Promoção de Equidade Étnico-Racial no Serviço Público Brasileiro

A Mahin Consultoria Antirracista também participou da formulação de um documento que lista prioridades para que governos brasileiros promovam políticas de equidade étnico-racial no setor público. São 27 recomendações que têm como objetivo propor ações concretas para implementação de políticas públicas que ajudem a reverter o quadro de desigualdade racial na administração pública do país.



<https://movimentopessoasafrente.org.br/wp-content/uploads/2023/05/recomendacoes-equidade-racial.pdf>

Encontros Digitais com o IP

O Instituto Positivo está promovendo momentos de diálogo em videoconferência, com duração de 50 minutos, com o objetivo de apresentar o modelo de trabalho em Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), apoiar e oferecer informações aos interessados em conhecer o conceito e os passos necessários à implantação de um Arranjo. Para aqueles que, após o encontro, quiserem aprofundar os conhecimentos e dar início à implantação de um ADE em seu território, poderão contar com o apoio técnico do IP, devendo solicitar uma visita ao território por meio de formulário próprio.



<https://forms.gle/urHuTXGgbARdhRZr7>



 institutopositivo.org.br

 facebook.com/positivoinstitut

 linkedin.com/company/instituto-positivo

 instagram.com/positivoinstitut



A **Posigraf** apoia ações em prol da educação pública, por isso patrocina a impressão dessa revista.

